Lei nº 284 de 11 de abril de 1968

Autoriza o Poder Executivo a adquirir máquinas rodoviárias para a construção e conservação de estradas municipais e dá outras providências.

Wilson Coffani, Prefeito Municipal de Miracatu, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e êle sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir, para os serviços de construção e conservação de estradas de rodagem do município, da Companhia Paulista de Comércio e Indústria de máquinas "COMAC", estabelecida à Rua Pedro Américo, 32, 18º andar, São Paulo, Capital, uma motoniveladora Huber-Warco, modêlo 10-D, de fabricação nacional da Huber-Warco do Brasil S/A, Indústria e Comércio - SP, da qual é representante exclusiva nêste Estado, até o limite máximo de importância de NCr$ 119.200 (cento e dezenove mil e duzentos cruzeiros novos).

§ único - As condições de pagamento do quantitativo previsto neste artigo serão as seguintes:

Fundo Rodoviário Nacional:

NCr$ 50.000,00 por cotas acumuladas até o 4º trimestre de 1967.

Auxílio Rodoviário Estadual:

NCr$ 20.000,00 por cotas acumuladas do 3º semestre de 1966 e do 1º semestre de 1967.

Financiamento a Consumidor:

NCr$ 49.200,00 em 24 pagamentos iguais de NCr$ 2.050,00 mensais de 30 em 30 dias da data da entrega da máquina.

Artigo 2º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a pagar as prestações mencionadas no Parágrafo único do Artigo 1º, com os recursos da própria renda tributária, ficando, entretanto, para os fins da operação constante do artigo 1º, parágrafo único, o Prefeito Municipal autorizado a dar como garantia de pagamento o produto da arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios, de que tratam o artigo 26 da Constituição Federal, e Título IV, Capítulo II, Seções I, II e III, da Lei 5172 de 25 de outubro de 1966.

Artigo 3º - Para o fiel cumprimento do disposto nos artigos 1º e parágrafo único e artigo 2º, fica o Prefeito Municipal autorizado a emitir em favor do Investimento, Crédito e Financiamento FICREI S/A, as notas promissórias acima mencionadas, e que constituem parte integrante do Contrato de Abertura de Crédito e Têrmo de Alienação Fiduciária - Crédito ao Consumidor, ambos realizados com o Investimento, Crédito e Financiamento FICREI S/A - para os fins de financiamento da compra autorizada por esta Lei, ficando também autorizado a assinar os referidos contratos, bem

como dar em alienação fiduciária, nos têrmos do artigo 66 da Lei 4728, de 14-7-1965 o maquinário adquirido até final liquidação de tôdas as notas promissórias, e ainda autorizar a Investimento, Crédito e Financiamento FIBREI S/A, a necessária procuração por instrumento público, com podêres irrevogáveis e irretratáveis e de substabelecer, para o recebimento junto aos órgãos competentes, em estabelecimentos bancários da garantia mencionada no Artigo 2º, ficando assim assegurado à Procuradoria a utilização dessa garantia total ou parcialmente, para a liquidação de uma ou mais prestações que se encontrem vencidas.

Artigo 4º - Para atender ao disposto nos artigos anteriores e seus parágrafos, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial afim de ocorrer às despesas no corrente exercício.

Artigo 5º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a corrigir, nos Orçamentos subsequentes as verbas necessárias para cobertura da transação a que se refere esta Lei.

Artigo 6º - Na eventualidade de, em cada mês, a Prefeitura não contar em Tesouraria, com a totalidade das importâncias constantes do § único do artigo 1º, fica o Prefeito Municipal autorizado a contrair empréstimo bancário para cobertura de cada uma das importâncias.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Miracatu, 11 de abril de 1968

Wilson Coffani

Prefeito Municipal

Lei Nº 287 de 12 de Junho de 1968

Declara de utilidade pública e autoriza a Prefeitura a desapropriar área que especifica.

Wilson Coffani, Prefeito Municipal de Miracatu, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e êle promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública afim de ser desapropriada pela Prefeitura Municipal uma área de 336 m² situada à Praça dos Bandeirantes, s/n, nesta cidade, e que consta pertencer à Obra de Vocações Sacerdotais da Diocese de Santos, área esta que mede 12 m de frente por 28 m da frente aos fundos.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a, depois de desapropriada tal área, redá-la por doação em